

UM INCÔMODO ROMANCE DE JOSÉ DO PATROCÍNIO A SER REDESCOBERTO

A NUISANCE NOVEL BY JOSÉ DO PATROCÍNIO TO BE REDISCOVERED

Marcos Teixeira de Souza – PG-IUPERJ

RESUMO: Muitas vezes o cânone explicita um pensamento hegemônico em uma sociedade. Assim, autores e obras referentes a questões contrárias ao pensamento dominante tendem a ser renegadas ou esquecidas intencionalmente. O romance *Motta Coqueiro ou a pena de morte* (1877), de José do Patrocínio, salienta este debate sobre o cânone, na medida em que, a despeito de suas qualidades intrínsecas, é virtualmente desconhecido ou ignorado pela crítica brasileira.

Palavras-chaves: José do Patrocínio. Literatura. cânone.

ABSTRACT: Often the canon explains explicitly one hegemonic thinking in a society. Thus, authors and works concerning matters contrary to dominant thinking tend to be denied or forgotten intentionally. The novel *Motta Coqueiro ou a pena de morte* (1877), by José do Patrocínio, reinforces this debate about the canon, since, despite its inherent qualities, is virtually unknown or ignored by Brazilian critics.

Keywords: José do Patrocínio – Literature – canon.

Os estudos sobre *Memória social* têm ofertado aos pesquisadores das ciências humanas e sociais olhares novos sobre o cânone. Não que em outros momentos este não fosse questionado, mas que, por meio das concepções sobre *Memória* e *Silêncio*, como marcas reveladoras de poder político, social e cultural, têm motivado alguns pesquisadores da área de Literatura a remexer nos arquivos públicos e privados, nas bibliotecas e em outros locais guardiões de Memória social, nomes e obras literárias que, ora esquecidos, podem e devem ser retomados pelas historiografias para que se espelhe assim com mais completude a riqueza da Literatura Brasileira. Tanto para historiadores quanto para pesquisadores da área de Literatura, a existência de determinados autores e obras esquecidas ou omitidas na Literatura Brasileira, ao serem postas a lume, fornecem pistas ou esclarecem pormenores encobertos pela História dita oficial, e oportunizam para que se ouçam atores e falas que foram outrora impostas ao silêncio pelas historiografias, preenchendo deste modo lacunas outrora tidas como inexistentes. Neste sentido, o presente artigo visa a discutir o esquecimento de José do Patrocínio como um romancista digno de ser revisto na historiografia literária brasileira.

Paradoxalmente, lembrado pela História como um dos mais eminentes abolicionistas, oradores e jornalistas do século XIX, e esquecido na Literatura, José do Patrocínio foi uma das figuras políticas centrais nas últimas décadas do século XIX.

Como romancista, permanece ainda muito desconhecido pela crítica literária e pelas gerações de leitores de brasileiros que o sucederam, embora tenha sido um dos membros fundadores da Academia Brasileira de Letras, tenha escrito inúmeros artigos nos grandes jornais de sua época; e tenha escrito três romances, dentre estes, *Motta Coqueiro ou a pena de morte* (1877), cuja obra fora concebida em um momento de transição entre escolas literárias, isto é, do Romantismo para o Realismo-Naturalismo, o que, pela circunstância, necessitaria de um olhar cauteloso no que se refere a alocar o romance nesta ou naquela escola literária.

Motta Coqueiro ou a pena de morte (1877) figura como um romance em que é visível notar a desenvoltura literária de Patrocínio. Tendo como base em um fato verídico, ocorrido em 1853, numa província de Campos dos Goycatazes, no Rio de Janeiro, o romance narra a história de Motta Coqueiro, influente político e fazendeiro do norte-fluminense que é acusado pelo bárbaro homicídio, com requintes de crueldade, de uma família de agregados que vivia em suas terras, na província de Macabu. A família de agregados, formada por Francisco Benedito, sua esposa, suas três filhas moças, seu filho moço, chamado Juca, e mais duas crianças, viera de outras terras e, num primeiro momento, conquista a simpatia da família de Coqueiro, excetuando somente o vício de Francisco Benedito pela bebida alcoólica.

No enredo, as três filhas do casal de agregados – Antonica, Mariquinhas e Chiquinhas – despertavam, por serem lindas, a atenção masculina da localidade, em especial, o interesse de três homens: Oliveira Viana, Manuel João e Sebastião, os quais, ao longo do romance, procurarão, cada um a seu modo, conquistar uma das filhas do agregado.

Entre os três referidos rapazes, um deles se destaca na narrativa de Patrocínio: Manuel João, que se questiona, por ser mestiço (ou negro), sobre possibilidade de uma moça branca e bela, como Mariquinhas, desejá-lo. No íntimo, Manuel João desconfia de uma suposta afronta de Motta Coqueiro contra a virgindade da moça. Essa suspeita é também alimentada pelos dois companheiros de Manuel João, que veem muita liberdade das filhas do agregado com o fazendeiro, o qual, em sua propriedade, mantinha também vários escravos.

Uma das escravas, chamada Balbina, é singular no romance. Após ser expulsa da Casa grande, onde cuidava do filho do patrão, e ser lançada à senzala e ao trabalho no eito, ela se torna uma pessoa consciente, na própria pele, da aflição e da condição imposta à etnia negra, sendo a principal voz dissonante diante do *status quo* colonial.

O trágico assassinato da família de agregados e suspeita da autoria de Motta Coqueiro criam uma atenção propícia ao romance. Motta é condenado à pena capital, isto é, ao enforcamento aparentemente sem um julgamento adequado e com ares de conotação política, pois sua morte abre a terceiros o controle político da cidade. Além disso, o romance conta com a suspeita viável em torno de outros personagens, entre elas, da esposa de Coqueiro, que desconfiava da fidelidade do marido. Há ainda outras tensões secundárias, que são bem exploradas por Patrocínio, como o dilema racial.

Neste primeiro romance, os discursos e memórias dos personagens alçam importância, pois emolduram como a memória e o silêncio (e a quebra deste) reavivam ou silenciam as tensões raciais e sociais, clarividentes na sociedade da época do escritor, que repartira os louros do sucesso literário e a atenção da imprensa e do público com o já então consagrado Machado de Assis que, na ocasião, acabara de publicar o romance *Iaiá Garcia*, conforme salienta Magalhães Junior (1969:55).

Não se trata obviamente de elevar o nome de Patrocínio ao de Machado de Assis, o que seria incabível. Mas de reconhecer, em Patrocínio, um literato que legou uma obra de expressivo valor histórico e literário, obra esta esquecida por certamente levantar assuntos incômodos para a nação, colidindo fortemente contra as teses da suposta democracia racial no Brasil, que seria uma das bases da formação identitária brasileira. Logo, não se estranha que *Motta Coqueiro ou a pena de morte* tenha sido pouco reeditado, a exemplo de uma das obras de Monteiro Lobato, *O choque das raças presidente negro*, de 1926, redescoberta apenas, e muito reeditada, após Barack Obama vencer as eleições nos Estados Unidos e entrar para a História como o primeiro presidente negro daquele país.

A despeito da diversidade e magnitude de poetas e prosadores brasileiros na História da Literatura Brasileira, lidos e reconhecidos internacionalmente, como Machado de Assis, Cruz e Souza, Jorge Amado, só para citar alguns, são escassas obras de crítica literária de envergadura semelhante a estes autores citados, bem como de reintrodução de nomes e obras esquecidas, mas que foram e são relevantes para o estudo literário. Salvo raras exceções, não se encontram muitas obras capazes de refletir com

maestria a historiografia literária brasileira. Neste aspecto, um dos primeiros e mais renomados críticos brasileiros, Sílvio Romero, já em 1888, Romero (1980), dizia àquela época que:

As pátrias letras, entre outras muitas lacunas, mostram bem claramente a grande falha causada pela ausência de trabalhos históricos. Se não existe uma história universal escrita por brasileiro, se a nossa própria história política, social e econômica tem sido apenas esboçada e foi mister que estrangeiros no-la ensinassem a escrever, no terreno da literatura propriamente dita a pobreza nacional ostenta-se ainda maior. (ROMERO, 1980, 1980, p. 51)

O que dissera Romero (1980) naquele momento ainda parece prevalecer, ao se debruçar sobre muitas obras de crítica e historiografia literária brasileira, produzidas depois da obra de Patrocínio até algumas críticas literárias produzidas no século XX. No entanto, alguns historiógrafos da Literatura Brasileira têm contribuído para o conhecimento de diversos poetas e prosadores. Assim, partindo de algumas das principais historiografias literárias brasileiras escritas depois da primeira edição da obra Motta Coqueiro, uma pergunta se torna crucial para situar José do Patrocínio na historiografia brasileira: *até que ponto o nome e a obra literária de Patrocínio são lembrados na Literatura Brasileira?*

Partindo de Ronald Carvalho (1953), Lúcia Miguel-Pereira (1973), Gregory Rabassa (1965), Alfredo Bosi (2006), Sílvio Romero (1980), José Guilherme Merquior (1996), Afrânio Coutinho (2002) e Nilo de Freitas Bruzzi (1959), pode-se perceber as disparidades e as semelhanças das visões acerca de Patrocínio na historiografia literária brasileira. A opção por verificar nestas obras citadas varia: ou pela relevância ou temática sugestiva da obra; ou pela abundância de prosadores citados e estudados na obra escolhida; entre outras motivações. Obviamente existem outras obras de historiografia literária brasileira que poderiam ser fontes de pesquisa, no entanto, em razão da dimensão e proposta deste artigo, acredita-se que, examinadas as sugeridas, é possível que a questão crucial formulada no tocante à relevância do nome e da obra de Patrocínio na Literatura brasileira pode, se não completa, pelo menos, ser satisfatoriamente respondida, uma vez que estas obras sugeridas para verificação gozam, a maioria, se não todas, de boa reputação no meio literário.

Ronald Carvalho (1953), em sua *Pequena História da Literatura Brasileira*, na qual concebe a historiografia literária mediante a subdivisão dela em três períodos distintos (1500 a 1750), (1750 a 1830) e (1830 em diante), nominando-os

respectivamente em período *de formação, de transformação e autônomo*, em momento nenhum cita Patrocínio como um literato, um romancista. Carvalho (1953) o inclui na galeria dos oradores e publicistas:

Na prosa, o último período apresenta muitos escritores consideráveis. Entre os romancistas e dramaturgos, sobressaem Martins Pena, Manuel Macedo, José de Alencar, Bernardo Guimarães, Escragnolle Taunay, Franklin Távola, Agrário de Souza Menezes, Artur Azevedo e Machado de Assis, que é, sem favor, o maior romancista da língua portuguesa; entre os críticos literários e historiadores distinguem-se Francisco Adolfo, Varnhagen, José Manuel Pereira da Silva, João Francisco Lisboa, Alexandre José de Melo Morais, Joaquim Noberto de Souza Silva, Joaquim Caetano da Silva, Tobias Barreto, Silvio Romero, Euclides da Cunha, Capistrano Abreu, Rocha Pombo, José Verissimo; entre os oradores e publicistas, são dignos de nota Bernardo Pereira de Vasconcelos, Maciel Monteiro, José Maria do Amaral, José Bonifácio de Andrada e Silva, Antônio Ferreira Viana, Francisco Otaviano de Almeida Rosa, Tôres Homem, Tavares Bastos, Alcindo Guanabara, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, cujo estilo é dos mais apurados e elegantes, não pela correção da linguagem senão também pela formosura das imagens e dos tropos. (CARVALHO, 1953, p. 51)

Não há também vestígio na historiografia de Carvalho (1953) concernente a Patrocínio como jornalista, profissão que o abolicionista campista exerceu prodigiosamente. Carvalho insiste em abrigar Patrocínio mais uma vez como um orador, desta vez, porém, destacando seu papel político:

No Brasil, com uma ou outra exceção de maior ou menor monta, não se tem praticado a oratória com o relevo de uma arte verdadeiramente literária. Desde os pregadores dos séculos XVI e XVII, os Nóbrega, os Anchieta, os Eusébio de Matos, os Antônio de Sá, até os Souzas Caldas, os Mont'Alverne, no alvorecer do século XIX; desde os oradores políticos dos primeiros embates da independência, e da Constituinte, de 1823, como Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, até os propagandistas do abolicionismo e da República, como José do Patrocínio, Silveira Martins, Tobias Barreto, e muitos outros, que a eloquência, neste país de oradores, não tem mostrado a força e o prestígio que era lícito esperar da sua exuberância realmente notável. (CARVALHO, 1953, p. 333).

Outra historiografia literária que desprestigia Patrocínio é a de José Guilherme Merquior, em *De Anchieta a Euclides Breve História da Literatura Brasileira I* (1996). Nela, embora haja uma competente exposição de literatos e uma caracterização usual dos períodos literários, fica muito evidente que Merquior (1996) não reconheceu, quer por ignorância ou por critério próprio, Patrocínio como um romancista. As duas citações contidas nesta obra de Merquior (1996) sobre Patrocínio destacam-no como abolicionista: “Seu corpo foi trasladado para o Rio num veículo de transporte de cavalos, mas o grande abolicionista José do Patrocínio custeou-lhe e enterro em São

Francisco Xavier.” (MERQUIOR, 1996, p. 192). Patrocínio, como descrito em outras obras historiográficas da Literatura Brasileira, permaneceria notadamente à sombra de Joaquim Nabuco: “Durante dez anos, no Parlamento e na praça pública, “Quincas o belo” discursará contra o regime servil, tornando-se, com Patrocínio, o mais ardente dos tribunos abolicionistas e um dos maiores paladinos da idéia federalista.” (MERQUIOR, 1996, p. 253)

Podendo ser listada no mesmo grupo de Carvalho (1953) e Merquior (1996), em razão de três características comuns – a de ser uma obra que se diz *concisa*, semelhante aos termos *pequena* e *breve* respectivamente das obras dos historiadores citados; a de citar apenas por duas vezes o nome de Patrocínio; e a de ver nele um abolicionista e não um romancista – a *História concisa da Literatura Brasileira* (2006), de Alfredo Bosi, detém uma marca de mais de quarenta edições, ocupando o posto de uma das mais lidas pelos estudiosos da Literatura Brasileira. Embora o título da obra de Bosi carregue o termo de *concisa*, há nela uma expressiva quantidade de literatos e obras, renomados e não tão conhecidos, comentados. Entretanto, Bosi não cataloga o nome de Patrocínio entre os literatos, o que se supõe pelo fato de possivelmente vê-lo tão-somente um como um abolicionista, e não exatamente um romancista, ou pelo desconhecimento da produção literária deste. A primeira referência de Bosi a Patrocínio é a presença e influência do abolicionista na obra *A conquista* (1899), de Coelho Neto. Nesta primeira referência percebe-se que o nome de Patrocínio figura entre tantos outros, e não desfrutando de qualquer proeminência, como se observa:

Em 1899, Coelho Neto escreve mais um romance documento, desta vez fortemente autobiográfico: *A Conquista*. A memória da sua juventude boêmia, que coincidiu com as lutas finais da Abolição e da República, acha-se presente em muitíssimos passos da sua obra, mas domina soberana dois de seus romances: *A Conquista* e *Fogo-Fátuo*. Avultam as figuras de Patrocínio, Paula Ney (Neiva), Pardal Mallet (Pardal), Guimarães Passos (Fortúnio), Aluísio Azevedo (Ruy Vaz), Olavo Bilac (Olavo Bivar), Muniz Barreto, (Montezuma), além do próprio autor (Anselmo), envoltos em uma aura de panache que, no entanto, não chega a ofuscar verossímil da reminiscência. (BOSI, 2006, p. 202).

A segunda referência situa Patrocínio no capítulo intitulado *As letras como instrumento de ação*:

Iniciado ao tempo das campanhas pela Abolição (v. Joaquim Nabuco) e pela República, e coincidindo com a mudança do regime e as agitações dos seus

primeiros anos, o período realista conheceu amplamente o uso da palavra como forma de ação política. O que, em alguns casos, interessa à história literária, conforme a maneira pela qual se comunicam e se configuram os materiais ideológicos.

A linha mestra de toda essa fase foi a luta pela liberdade. Em nome dela discutiam e escreveram líderes antiescravocatas como Nabuco, José do Patrocínio e André Rebouças. (BOSI, 2006, p. 255).

Há mais referências a Nabuco do que a Patrocínio na historiografia realizada por Bosi, ainda que Nabuco, como disse o próprio Bosi, “não foi um espírito original” (BOSI, 2006, p. 164). É curioso que, uma vez que Bosi comenta que as campanhas abolicionistas e o período realista suscitaram a *Palavra* como uma ação política, não tenha citado o primeiro romance de Patrocínio como um exemplo desta ação política através do uso da *palavra*, nem, ainda mais, tenha-se lembrado de mencionar a intensa ação de Patrocínio nos artigos políticos publicados neste período em jornais fluminenses. Neste sentido, Bosi (2006) descuida, portanto, em sua historiografia literária de elencar o nome de Patrocínio não só como um romancista, mas também na qualidade de um jornalista relevante na campanha abolicionista. Fica em suspenso se Bosi tinha ciência de Patrocínio como romancista, que escrevera três romances; ou se fora opção própria de não se delongar em citar as obras literárias de Patrocínio. Provavelmente a segunda opção parece ser a mais indicada, uma vez que cita Nabuco, cuja obra literária tivesse sido menos expressiva do que a do jovem campista. Não resta dúvida, porém, que Bosi (2006) segue o pensamento dominante ao enxergar Patrocínio como abolicionista, e não como romancista.

Diante deste quadro até então visto em Carvalho (1953), Merquior (1996) e Bosi (2006), no qual se tem um *Patrocínio abolicionista*, e não um *Patrocínio enxergado como romancista*, percebe-se, a fim de se convencer com mais segurança de como é visto Patrocínio na Literatura Brasileira, a necessidade de adentrar nas páginas de obras de maior vulto literário, nas quais a historiografia, os literatos e as obras literárias tenham sido objeto de mais densa e demorada pesquisa. Duas obras se enquadram neste patamar: a *História da Literatura Brasileira* (1980), de Sílvio Romero; e a *Literatura no Brasil*, organizada por Afrânio Coutinho.

Sílvio Romero acredita que o século XIX tenha sido o período mais fértil, ou nas palavras dele, “o mais brilhante de nossa literatura” (ROMERO, 1980, p. 1819). Seu entusiasmo referente a esta consideração se deve principalmente aos nomes de dezesseis prosadores que, segundo Romero, figuram como “reis da palavra escrita no Brasil”

(1980:1819). Nesta lista empreendida por Romero (1980), na qual se encontram, dentre outros, os nomes de Gonçalves Dias, José de Alencar, Machado de Assis, Rui Barbosa; Romero inscreve o nome de Patrocínio como um dos dezesseis maiores prosadores do século XIX no Brasil. Ao citar um a um dos dezesseis prosadores concernente à sua ou às suas características que os particularizam e lhes davam o *status* de gozar tal glória, Romero sobre Patrocínio: “José do Patrocínio, a vibração das palavras, a eloquência dos reptos.” (ROMERO, 1980, p. 1820). Ainda falando sobre os prosadores, Romero não economiza palavras, e diz sobre os dezesseis prosadores: “Tais são os reis da palavra escrita no Brasil.” (ROMERO, 1980, p. 1821).

Como outros historiógrafos, Romero reconhece Patrocínio como um eloquente orador. Distingue-o como uma eloquência forense, tribunícia e acadêmica. (ROMERO, 1980, p. 1810). E considera Patrocínio como um dos prosadores pelo meio-naturalismo tradicionalista e campesino. (ROMERO, 1980, p. 1806)

Além disso, Romero dedica um capítulo para contextualizar e historiografar Patrocínio. Inicia com uma observação-chave: “José do Patrocínio é duplamente reclamado pela história: a história literária e a história política.” (ROMERO, 1980, p.1748). Ao contrário de Carvalho (1953), Merquior (1996) e Bosi (2006), que vêem em Patrocínio um abolicionista e/ou orador, Romero avança em relação aos historiógrafos citados ao reconhecer Patrocínio como um romancista e um jornalista. De acordo com Romero, o que credencia a um lugar de destaque como romancista na Literatura Brasileira:

(...) entre os romancistas, porque foi um dos primeiros que mais afoitamente levaram para a novelística as questões sociais entre os brasileiros, estudando em *Motta Coqueiro* – um caso singularíssimo do modo de julgar em nossas justiças locais; em *Pedro Espanhol*, um exemplo de banditismo existente ainda hoje em todo o Brasil e nos começos do século passado existente na capital da Colônia; em *Os Retirantes* – a pintura terrível do fenômeno das secas no Ceará e das cenas pungentíssimas que as determinam; finalmente, no capítulo dos jornalistas – sua presença se imporá.

Tinha razão Romero ao afirmar que a condição de jornalista é a que teve mais peso na carreira profissional de Patrocínio, já que o jornal, como escreve Romero, era “a arena predileta de suas lutas, foi o laço que prendia o homem de letras ao político.” (1980:1748). Fica no ar se este posicionamento de Romero (1980) realmente é dissonante entre os historiógrafos, uma vez que entre os pesquisados, Romero se singulariza ao ver Patrocínio como um importante romancista do século XIX. Assim, é

recomendável observar como é visto Patrocínio em outra obra historiográfica de renome e relevância: *A Literatura no Brasil* (2002), organizada por Afrânio Coutinho.

Esta obra distingue-se dentre outras historiografias citadas por conter um volume maior de informações, por ser uma obra realizada por um coletivo de críticos literários, e por apresentar um trabalho muito meticuloso, excetuando a de Romero, tornando-se, portanto, imprescindível seu espaço entre as grandes obras da historiografia literária brasileira. Patrocínio, nesta obra, é visto como um romancista. Para Coutinho (2002), o nome de Patrocínio e sua obra não floresceram, não exatamente pela qualidade do autor campista, mas pelo declínio do Naturalismo no Brasil:

Não será fora de propósito lembrar alguns nomes de romancistas, muitos deles de vocação autêntica, que foram sacrificados pelo crepúsculo do Naturalismo. Horácio de Carvalho, Pardal Mallet, Papi Júnior, Rodolfo Teófilo, José do Patrocínio, Marques de Carvalho, Antônio de Oliveira. (COUTINHO, 2002, p. 89).

Outra menção digna de nota é o fato de Coutinho situar Patrocínio entre os pioneiros da Literatura regionalista no Brasil, o que reveste o autor de mais importância. Observando as historiografias mencionadas – Carvalho (1953), Merquior (1996), Bosi (2006), Romero (1980) e Coutinho (2002) – vê-se um Patrocínio que varia entre ao quase anonimato no âmbito literário até ao posto, para Romero (1980), de um dos mais importantes prosadores do século XIX. Em comum, todas estas obras de historiografias tentam dar conta de, pelo menos, três séculos de Literatura Brasileira, desde a literatura produzida pelos primeiros portugueses no Brasil, passando pelas mais diversas expressões literárias, como o Arcadismo, o Romantismo (com toda uma variedade de particularidades), até as escolas literárias do século do fim do século XIX, e, em algumas das obras citadas, até as tendências literárias contemporâneas. Tal empreitada destas obras, passível de argumentação, fica inviabilizada de tratar um literato e uma obra determinada com mais atenção, o que justificaria, em tese, a ausência ou ligeireza do nome e da obra de Patrocínio.

Recorrendo-se então a uma obra de Lúcia Miguel-Pereira (1973), pelo recorte temático que a obra pressupõe oferecer; a uma de Gregory Rabassa (1965), pela perspectiva praticamente singular entre as historiografias literárias brasileiras; e uma de Nilo de Freitas Bruzzi (1959), pelo reconhecimento de José do Patrocínio como romancista, novas considerações acerca de Patrocínio são tecidas, além das comumente encontradas nos compêndios já vistos.

Em *História da Literatura Brasileira – Prosa de Ficção – de 1870 a 1920*, (1973), Lúcia Miguel-Pereira faz um considerável apanhado de autores do período citado no subtítulo, destrinchando a contribuição, sobretudo, dos grandes autores da Literatura Brasileira naquela ocasião. Adotando uma linha de pensamento semelhante a outros compêndios e manuais sobre a história da Literatura Brasileira, em que se busca amoldar os autores e obras literárias segundo uma periodização literária, esta obra de Miguel-Pereira (1973) teve entre os méritos o de trazer e perfilar os nomes dos prosadores Lindolfo Rocha, Alcides Maya, entre alguns outros, que desconhecidos e/ou desprezados em outros compêndios literários, podem então ser passíveis de conhecimento e exame pelo leitor.

Sobre Patrocínio na obra de Miguel-Pereira (1973), persegue a constância em tê-lo num patamar inferior entre os principais prosadores do século XIX. O nome do abolicionista na obra é citado poucas vezes. Na primeira das citações, abordando as características presentes nos romances brasileiros, no tocante ao apreço por trazer para a narrativa os costumes, o amor como um elemento centralizador, a moral, etc.; e afirmando que o romance brasileiro foi uma narrativa mais sujeita à liberdade de criação, há um reconhecimento, por parte da autora em situar Patrocínio entre os pioneiros do romance histórico na Literatura Brasileira:

Em suma, embora já deixasse, aqui e ali, perceber novas tendências, embora fizesse excursões pela história, com Franklin Távora e José do Patrocínio, pelo regionalismo com Inglês de Souza e Apolinário Porto Alegre, o romance foi então sobretudo sentimental. (MIGUEL-PEREIRA, 1973, p. 25)

Mais à frente em seu texto, ao falar dos autores que empreenderam romances históricos, Miguel-Pereira (1973) caracteriza a obra *Mota Coqueiro ou a pena de morte* como novela, e não como um romance, se diferenciando neste aspecto de muitos outros críticos literários, que classificam a obra como um romance. É verdade que a distinção entre o que seja um romance ou uma novela normalmente seja imprecisa entre os estudiosos da Literatura, devido a semelhanças entre ambas, mas, pelo conjunto de características presentes, como enredo complexo, diversidade de personagens, etc. a primeira obra literária em prosa de Patrocínio se encaixaria melhor perfilada como romance.

A proposição de Miguel-Pereira (1973) de definir *Mota Coqueiro ou a pena de morte* como novela chama relativa atenção, mas não surpreende de tal maneira quanto a essas percepções:

Entre os senhores e escravos, que aparecem em seu livro, o jornalista da Abolição, soube manter o equilíbrio, não pondo de um lado a virtude e de outro a maldade. Esse seu feitio, aliado à naturalidade dos diálogos, classifica-os entre os ficcionistas que reagiram contra as deformações românticas. (MIGUEL-PEREIRA, 1973, p. 37)

Ao *equilíbrio* entendido pela autora, o mais adequado seria pensar em *aparente equilíbrio*. Perpassa no primeiro romance de Patrocínio um jogo muito bem articulado entre as características psicológicas e os papéis sociais dos personagens, que misturadas entre si, fogem do lugar-comum do senhor branco perverso e do negro vitimizado, em razão disso haver um *Motta Coqueiro* como um senhor branco de boa índole num papel social de carregado de crueldade, ou ainda, uma *tia Balbina* que ora abdica do papel de vítima da escravidão para alçar papéis de confronto contra o sistema escravocrata, sendo esta oscilante ao longo da trama entre a condição de vítima e a de vilã. No entanto, fica para o leitor a sensação de *aparente equilíbrio*, quando não a de *dúvida* entre saber ao certo se determinado personagem ocupa na trama o papel de antagonista ou protagonista, de saber ao certo quem fora mais vitimizado pelo sistema econômico e político: os escravos, Motta Coqueiro, a família de Francisco Benedito, etc.

Em relação ao fato de Miguel-Pereira (1973) alocar Patrocínio entre os que reagiram as deformações românticas, traz à tona um debate – só não mais intenso devido ao restrito número de críticas literárias realizadas sobre o autor e sua obra – de situar o primeiro romance de Patrocínio no Romantismo, no Realismo ou no Naturalismo. Esta constatação de Miguel-Pereira (1973) só corrobora a tese de que *Motta Coqueiro ou a pena de morte*, de certo modo, particulariza-se em relação a muitas obras na Literatura Brasileira e, se não se encontra entre uma ou outra escola literária, deve-se possivelmente a razão do ano em que foi escrita, sendo uma obra de transição, quiçá inaugural da escola realista ou naturalista. Tal peculiaridade, além da natureza e do conteúdo em si, deveria e deve ser um dos motivos a mais para se estudar a fundo esta obra literária.

Além do equilíbrio entre os personagens defendido por Miguel-Pereira (1973) e da classificação do romance na periodização literária, há outro comentário gerador de polêmica, e suscetível de ser uma sutil contradição de Miguel-Pereira (1973:37). Num primeiro momento classifica a obra como: “Esta novela sem muito importância, escrita à maneira de folhetim, com lances dramáticos visivelmente destinados a deixar o leitor em suspenso, revela entretanto uma qualidade pouco comum: a isenção objetiva...” e no

mesmo parágrafo desta citação, alça Patrocínio, por meio desta obra, dita por ela mesma, ‘*sem maior importância*’, como um dos precursores contra as deformações românticas.

A desconsideração de Miguel-Pereira com a obra de Patrocínio se desfaz com a própria menção que ela faz da capacidade que o primeiro romance de Patrocínio tem de manter o leitor em suspenso. Para um romance escrito em folhetim como o *Motta Coqueiro ou a pena de morte* conter em si esta possibilidade de manter o leitor em suspenso constitui praticamente uma via segura para o sucesso, como de fato se deu com a obra citada à época, como expressa Renato César Möller (2007), em sua tese de doutorado *A fera de Macabu: memórias de um crime, uma pena de morte e uma maldição*:

Os fatos viriam mostrar que Patrocínio fizera um bom investimento. Suas crônicas sobre a tragédia de Motta Coqueiro, difundidas pela imprensa carioca, tornaram-se um sucesso, comprovado pelo aumento das vendas da Gazeta de Notícias, jornal que as editara. Em 1878, o autor publica o drama retratado nas crônicas em um romance intitulado “Motta Coqueiro ou a pena de morte”, impresso na Tipografia da Gazeta de Notícias. (MÖLLER, 2007, p. 11)

A sina, porém, de descaso ou despreço pelas obras literárias de Patrocínio por parte intelectualidade brasileira fica mais uma vez evidente numa nota de rodapé em que Miguel-Pereira (1973), em sua pesquisa, comprova a escassez de exemplares de outra obra de Patrocínio:

(27) Também José do Patrocínio e Araripe Júnior devem ter abordado o tema da seca, já que escreveram livros com o título de *Os retirantes*. Do primeiro não foi possível descobrir um único exemplar, e do segundo consta ter ficado nos dois capítulos publicados na revista O Vulgarizador. (MIGUEL-PEREIRA, 1973, p. 36)

Como a primeira edição desta obra de Miguel-Pereira data de 1950, é provável que ela a tenha escrita nos fins da década de 40. Ou seja, a autora escreve sua história da Literatura Brasileira entre 65 a 70 após a publicação da primeira edição de *Os retirantes*, em 1879, logo era, em tese, para se encontrar alguns exemplares, até porque esta segunda obra literária de Patrocínio figurava como inaugural, ao tratar com expressividade o drama do nordestino. Além disso, a autora vivia no estado do Rio de Janeiro, o que leva a supor que teria mais chances de adquirir um exemplar do segundo

romance de Patrocínio, se não fosse, é claro, a real escassez de exemplares de *Os retirantes*. Esta nota de rodapé é importante para confirmar novamente o esquecimento de que a obra de Patrocínio padece na Literatura Brasileira.

Explicitando inclusive o esquecimento em relação a Patrocínio na Literatura Brasileira, Gregory Rabassa, em *O negro na ficção brasileira* (1965), depois de abrir um capítulo sobre o negro na literatura universal, dedica-se a discorrer sobre o negro na Literatura Brasileira, seja ele – negro – no papel de autor ou de personagem, na poesia e na prosa, enfatizando o legado e a importância destes autores e obras para a ficção brasileira. Ao analisar as contribuições em poesia e em prosa de autores brasileiros, Rabassa (1965) sentencia:

O romance é, sem dúvida alguma, o gênero literário que produziu a mais clara caracterização dos negros na literatura brasileira do século XIX. Isso se deve ao fato de que a poesia, por suas próprias limitações, não pode analisar a fundo um personagem literário em detalhes menores, enquanto que o ensaio no século XIX estava intrinsecamente envolvido com a questão da Abolição e, assim, tendia a ser bastante especializado em seu tratamento aos negros. (RABASSA, 1965, p. 91)

Não só a Abolição centraliza a temática sobre o negro no século XIX. Indubitavelmente a Abolição – e a busca por ela – permeia grande parcela dos personagens e autores negros, tanto na prosa quanto na poesia sobre a denúncia do sofrimento do negro no ambiente social (principalmente rural), de sua posição subalterna e humilhante na sociedade, do atraso social da escravidão ante ao desenvolvimento econômico, enfim, norteia as problematizações sobre o negro em muitas obras literárias escritas no século XIX.

Embora o romance, como bem frisa Rabassa (1965), seja um campo de expressão fértil sobre as caracterizações, ou ainda, as representações sociais do negro na literatura, a poesia de Castro Alves inaugurou, numa perspectiva de combate ao sofrimento do negro, uma insistente denúncia anti-escravocata, e um prenúncio de campanha, com tons emotivos, pró-abolição, o que leva a perfilar a poesia também, ao lado do romance, como um importante canal de expressão da temática do negro e da Abolição, ainda que o romance irrompesse com mais vigor as temáticas *Escravidão e Abolição*.

Tal irrupção se devia porque, além ter havido mais prosadores negros do que poetas negros, estes prosadores escrevem nas últimas décadas do século XIX, se não todos, a ampla maioria, nos moldes do Realismo e do Naturalismo, o que lhes garantiam mais proximidade com temas sociais e inquietantes, socialmente falando, e, portanto,

mais favoráveis a pensar, por meio da Literatura, o negro diante da conjuntura social e política formada neste período.

Contemplando o romance *Motta Coqueiro ou a pena de morte*, Rabassa (1965) estranha o esquecimento (ou distração) dos críticos literários de até então, que não conheciam ou reconheciam esse romance na historiografia literária brasileira.

Um dos lutadores mais ativos contra a escravidão no século XIX foi José do Patrocínio. É estranho, portanto, que um romance que ele escreveu como protesto contra a escravidão tenha caído no esquecimento. Chama-se *Motta Coqueiro* e é uma descrição da vida de fazenda do século XIX. É uma oportunidade para que se compare a vida daquele tempo e a vida que é vista hoje pelos romancistas contemporâneos da vida nas plantações. (RABASSA, 1965, p. 95).

A estranheza de Rabassa (1965) não é solitária. Modesta, porém, não menos digna de observação, a obra *José do Patrocínio, romancista* (1959), de edição única, rara, e de autoria de um poeta mineiro, estabelecido no Rio de Janeiro, por nome Nilo de Freitas Bruzzi, figura entre as obras descontentes com a descaso com a produção literária do *tigre da Abolição*.

Além de ocupante de cargos como de Procurador Geral do Estado do Espírito Santo, de Procurador da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, dentre outros de natureza alheia à Literatura, Bruzzi era poeta, tendo publicado diversas obras *Luar de Verona* (1920), *O Antunes* (1920), *Livro de Amor* (1926), *Dona Lua* (1938), *Flor de Silvestre* (1953), entre outras, totalizando mais de duas dezenas de obras, compostas em prosa, poesia, conto, etc., porém, todas elas de menor expressão diante das produzidas por seus contemporâneos como Clarice Lispector, Érico Veríssimo, Guimarães Rosa, etc. Entusiasta da Literatura Brasileira, talvez sua maior contribuição a ela tenha sido suas obras *Casimiro de Abreu* (1949) que, aliás, teve uma segunda edição, em 1957, a referente a José do Patrocínio (1959) e *Literatura Histórica* (1930).

Em *José do Patrocínio, romancista* (1959), Bruzzi analisa os três romances de Patrocínio, esboçando linearmente os pontos marcantes de cada um dos romances do abolicionista, sem se ater a uma metodologia específica. Ao abordar cada um dos romances, argumenta a favor de Patrocínio, evidenciando ao leitor a estilística e criatividade do autor campista em certas passagens dos romances.

Mais importante do que a obra em si, cuja análise pode até ser considerada sinóptica, por trazer de forma sucinta os três romances de Patrocínio, são as informações pessoais e as memórias trazidas ao lume por Bruzzi (1959), perfilando

assim muita relevância para a compreensão de aspectos importantes ligados à obra literária de Patrocínio. Estas informações e memórias pessoais de Bruzzi estão carregadas de um tom confessional, em que o autor despeja nas páginas de sua obra suas percepções sobre a distorção do lugar real e o ideal ocupado por Patrocínio e pelas obras dele no cenário da Literatura Brasileira.

Em sua obra concernente a Patrocínio, a seção *Dedicatória* e as primeiras linhas do *Pórtico* mostram que Bruzzi tinha contato com, pelo menos, alguns acadêmicos da Academia Brasileira de Letras (ABL), o que leva a crer que seu apreço para a Literatura ultrapassava a produção pessoal. São ainda nas primeiras linhas que Bruzzi revela ao leitor o motivo ou um dos motivos de sua obra referente a Patrocínio: a ocasião favorável, por se tratar do centenário do nascimento do escritor abolicionista, publicando-a primeiramente, em 1953, durante três domingos no Jornal do Comércio, e alguns anos depois em livro (1959). Bruzzi expõe ao leitor que o acadêmico da ABL Múcio Leão chegou a cogitar uma publicação da obra de Bruzzi, concernente a Patrocínio, na Revista da Academia Brasileira de Letras:

Múcio Leão teve a iniciativa de propor fosse meu trabalho recolhido às páginas da Revista da Academia Brasileira de Letras, fornecendo os recortes do jornal. Cheguei a ver as provas relativas aos dois primeiros capítulos, mas a coisa parou aí e nunca mais foi cogitado o assunto. (BRUZZI, 1959, p. 05)

Este comentário de Bruzzi acentua o nível de descrédito ou esquecimento, imposto aos romances de Patrocínio, bem como ao próprio abolicionista. Ou então, deixa nas entrelinhas um questionamento sobre a qualidade do material produzido por Bruzzi, por não ter sido aceito por um membro da ABL. A segunda hipótese pode ser possível e verdadeira, mas de alguma forma não anula consideravelmente a primeira, já que, embora houvesse notícias de menções e comemorações feitas pela ABL no tocante ao centenário de nascimento ou morte de Patrocínio, não se realizou a republicação dos romances do abolicionista naquelas ocasiões.

O posicionamento de Bruzzi (1959) sobre o descuido da sociedade brasileira e, sobretudo, da Casa, a qual Patrocínio ajudou a fundar se torna passível de validade, à medida que se percebe que as referências que se encontram sobre Patrocínio na intelectualidade e na sociedade lhe reservam quase sempre a figura de abolicionista e jornalista, e raramente de romancista.

No entender de Bruzzi (1959:08), o reconhecimento de Patrocínio, como primeiramente um romancista em detrimento de uma abolicionista ou jornalista

colaboraria muito para perpetuar a memória de Patrocínio na sociedade brasileira. Tal pensamento encontra respaldo ao pensar na capacidade, em geral, que obras literárias clássicas têm consigo de se perdurarem no tempo, em comparação a artigos pontuais, a títulos de nobreza, a escritos em folhetins, a outros meios de registro escrito não-canônico. “Acentuo tais pormenores querendo salientar a pouca sorte que sempre acompanhou o romancista José do Patrocínio, ora fazendo perder-se no esquecimento os seus livros, ora entavando as tentativas para lembrá-lo, como foi a minha.” (BRUZZI, 1959, p. 06).

Neste desabafo de Bruzzi, há uma particularidade que chama atenção: o termo ‘*tentativas*’, que se encontra pluralizado e insinua que houve talvez por parte do próprio Bruzzi e de conhecidos seus algumas tentativas de evocar a memória de Patrocínio no cenário brasileiro. Não se sabe se foi um quê de hipérbole de Bruzzi ou se realmente muitas tentativas foram empreendidas para que se fizesse uma comemoração ou lembrança relativas ao centenário de nascimento de Patrocínio. A certeza que Bruzzi menciona é esta: “O certo é que meu entusiasmo pelo romancista não teve eco e ele continua ignorado, com seus romances esquecidos, apenas caídos no domínio público.” (BRUZZI, 1959, p. 06).

Esta certeza incomoda não só Bruzzi, mas a muitos outros pesquisadores e entusiastas das Letras brasileiras. O esquecimento de autores e obras literárias significativos como Patrocínio para a construção e fortalecimento da Literatura brasileira causa a sensação de uma perda muito grande não só para as Letras, mas também para o povo brasileiro, ainda que esta sensação não seja visível pela maioria dos membros da sociedade brasileira.

Neste sentido, Bruzzi (1959) levanta uma crítica interessante dirigida ao povo fluminense (e por extensão ao brasileiro): a de ser um povo que sabe só citar nomes.

O Rio de tornou-se uma cidade só de nomes apenas. Ruas e ruas com placas contendo nomes que ninguém sabe de quem são. No fim esses nomes só vivem do crime. Aparecem nos jornais, no noticiário policial, quando alguém dá um tiro ou mete uma facada em outro ali naquela rua que tem aquela placa com nome de homem... (BRUZZI, 1959, p. 07).

Esta crítica, que também indiretamente se dirige aos jornais que se ocupam em recheiar suas páginas com tragédias, aborda o problema de o povo brasileiro ser considerado um povo sem memória. Não se evidencia uma preocupação clara e consistente, do ponto de vista historiográfico, em legar aos filhos da pátria uma

memória nacional coletiva, cujo conteúdo mencione e reverencie grandes nomes de brasileiros que se opuseram ao *status quo* de opressão ao povo, já que deter uma memória de luta e vitórias, como a de Patrocínio, significa deter conhecimentos e mobilizá-los a lutar em busca de desfazer os interesses de uma minoria que explora uma massa de cidadãos, como preconizava Patrocínio em suas poesias e prosas.

Desse modo, ao verificar as historiografias mencionadas, tem-se uma dívida com Patrocínio, uma dívida que só aumenta à medida que não se repense a obra-prima do romancista Patrocínio ante ao cânone nas Letras brasileiras.

Referências bibliográficas

BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. 43ª Ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.

BRUZZI, Nilo. *José do Patrocínio, romancista*. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1959.

CARVALHO, Ronald de. *Pequena História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia Editores, 1953.

COUTINHO, Afrânio (org.) *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1969.

MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides: Breve história da literatura brasileira I*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *História da Literatura Brasileira: Prosa de ficção de 1870 a 1920*. Rio de Janeiro: Livraria J. Olympia Editora/MEC, 1973.

MÖLLER, Renato César. *A fera de Macabu: memórias de um crime, uma pena de morte e uma maldição*. Rio de Janeiro: UERJ, Tese de Doutorado, 2007.

RABASSA, Gregory. *O negro na ficção brasileira*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1965.

ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1980.